

PROJETO POLONOROESTE

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

SEGUNDO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO RIKBAK TSA  
PRIMEIRO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO APIAKÁ-KAYABI  
INFORMAÇÃO SOBRE ENAUENÊ-NAUÊ

Rinaldo Sérgio Vieira Arruda

junho/1986

## INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os dados sobre a situação atual das nações Rikbaktsa, Kayabi, Apiacã e Enauenê-Nauê (Salumã), enfatizando seus principais problemas e recomendando soluções. Todas as áreas situam-se no estado do Mato Grosso, estando as três primeiras sob a jurisdição da 5ª D.R. da Funai em Cuiabá e a última sob a jurisdição da 15ª D.R. em Vilhena, no estado de Rondônia.

As informações sobre os Rikbaktsa e os Enauenê-Nauê atualizam os dados já contidos em relatórios anteriores (respectivamente de dezembro de 1985 e de setembro de 1984). Os dados sobre os Kayabi e Apaicã referem-se basicamente ao problema da terra e à situação criada pelas obras, hoje paralizadas, da usina hidrelétrica da CEMAT no Salto Grande do rio dos Peixes.

## RIKBAK TSA

Os Rikbaktsa enfrentam nesse momento graves problemas de correntes de sua luta pela terra, isto é, pelo reconhecimento da parte de seu território imemorial: a área indígena do Japuira e a área indígena do Escondido.

Com a sua expulsão da área indígena do Japuira pela polícia militar do Mato Grosso, no final de julho de 1985, perderam as roças recém abertas, um barco com motor de pôpa, ferramentas, armas de caça (a relação das armas apreendidas pela polícia incluía 15 armas de fogo, 13 cartucheiras e 2 espingardas calibre 22, 12 delas tão antigas e usadas que sua marca era ilegível, quarenta e quatro arcos, 551 flechas) e utensílios diversos como lanternas, redes, etc, tudo apreendido pela polícia. Estão tendo pela frente um ano de "vacas magras", como bem o atesta o fato de não realizarem este ano - 1986- a sua festa mais importante, que deveria ocorrer no final da estação das chuvas, por falta de comida suficiente para o consumo durante os rituais.

O decreto de nº 92.011 reconhecendo a região do Japuira como área indígena foi assinado pelo Presidente da República a 28 de novembro de 1985. No início do mês de dezembro o delegado da 15ª D.R., acompanhado de alguns líderes Rikbaktsa, deslocou-se para o Japuira, decreto em punho; para acertar com o fazendeiro Luis Tavares sua retirada da área. Na ocasião o fazendeiro pediu mais um mês de prazo para retirar o gado e outras posses. A contragosto, para evitar possíveis conflitos, o delegado e os índios resolveram aceder ao pedido. Porém, sem que eles soubessem, Luis Tavares havia entrado na justiça com um mandato de segurança, obtendo a 20 de dezembro de 1985 uma liminar favorável expedida pelo então Ministro Cordeiro Guerra, do Supremo Tribunal Federal, garantindo sua presença na área, apesar do decreto.

Desde a expulsão dos índios, ocorrida em julho, o fazendeiro vem ampliando a exploração da área: abriu uma estrada através da fazenda Tukanã, de Mário Tenuta, alcançando o rio Jurucna bem em frente da sede da Faz. São Marcos (dentro da área do Japuira). Colocou uma balsa permanente neste trecho do rio, com a qual transportou aproximadamente 500 novas cabeças de gado. Abriu outra estrada ligando a sede ao retiro, montando uma serraria em cada um desses locais. Contratou mais empregados e a população regional comenta que planeja lotear uma parte da área. O Ministério do Interior, através de seu setor jurídico, apresentou a defesa do decreto e as informações adicionais requeridas pelo processo, no prazo legal, há 5 meses atras, e, na opinião de alguns juristas consultados sobre o caso, tudo indica que a sentença final deverá ser favorável ao decreto. No entanto, o julgamento definitivo vai sendo protelado e até agora, junho de 1986, não foi realizado. O fazendeiro continua ampliando a exploração da área e, se a ameaça do loteamento se concretizar, o problema será no futuro bastante ampliado, podendo degenerar em sérios conflitos. A área do Escondido, por sua vez, já identificada, sem ocupantes ou benfeitorias de não índios, habitada por tres famílias de índios Apiacãs, com vestígios inconfundíveis de ocupação de índios arredios e tradicionalmente explorada pelos Rikbaktsa, foi completamente esquecida pelo órgão de proteção aos índios que até agora parece não ter encaminhado a proposta de definição da área aos órgãos governamentais competentes.

Urge que se façam gestões para que o julgamento seja realizado o mais rápido possível e que a proposta de definição da área do Escondido seja encaminhada sob pena da ampliação da tensão nessas áreas, gerando futuros conflitos.

Os recursos que os Rikbaktsa começaram a receber do Polonoeste a partir do segundo semestre de 1985, supriram algumas das perdas que tiveram com sua expulsão do Japuira. Re

ceberam um caminhão F 4000, um barco com motor de pôpa, um gerador, algumas ferramentas agrícolas, caititus, facões, etc. Uma parte da indenização que o fazendeiro, a polícia militar ou a Funai deveriam dar pela apreensão de suas armas de caça e utensílios, foram pagos com recursos do Polonoroeste, liberados para outros fins. Receberam Cz\$ 27.000,00 e licença do exército para a compra de 8 carabinas de caça, o que não paga nem metade das armas expropriadas, ainda mais se forem contados os arcos e flechas. Da dotação do projeto Polonoroeste (1985/86) sobrou ainda cerca de Cz\$ 70.000,00 em posse da 5<sup>a</sup> D.R. de Cuiabá; verba até agora ainda não utilizada para os fins a que foi destinada. Isto se torna incompreensível diante das necessidades dos Rikbaktsa e do fato de que essa verba deveria ter sido usada até *março de 1986*, conforme o cronograma aprovado.

Apesar de ter sido afirmado aos índios que haviam passado para a jurisdição de 15<sup>a</sup> D.R., mais próxima, oficialmente ainda se mantêm na jurisdição da 5<sup>a</sup> D.R. O delegado da 15<sup>a</sup>, em Vilhena, já visitou várias vezes a área Rikbaktsa, tem prestado assistência na área da saúde ( fornecimento de remédios e tratamento médico em Vilhena ), na manutenção do caminhão, no acompanhamento da questão da terra e na hospedagem dos Rikbaktsa quando estes vão a Vilhena. A não oficialização dessa troca de jurisdição tem causado problemas, já que a delegacia de Vilhena não recebe verbas para essa assistência e a delegacia de Cuiabá não se percebe obrigada a aplicar a verba recebida para os Rikbaktsa, nos Rikbaktsa, já que eles deverão ser atendidos por Vilhena.

#### População e Saúde

A população atual (maio de 1986) é de 514 pessoas, dentro da área, havendo ainda cerca de 30 Rikbaktsa vivendo, ou em outros grupos onde entraram via casamento intertribal, ou em Cuiabá e outras cidades onde alguns poucos vivem já há alguns anos. Na área são 152 nascidos antes do contato e 362 nascidos pós con

tato.

Nos últimos três anos houve um crescimento populacional de 10,11%, conforme se depreende da relação entre os nascimentos e os óbitos ocorridos em 1984/85/86.

	1984/1985	1986	Total	
M	4	1	5	ÓBITOS
F	5	2	7	
Total	9	3	12	
M	29	2	31	NASCIMENTOS
F	29	4	33	
Total	58	6	64	

$$\text{Crescimento Populacional} = \frac{\text{Nascimento } 64}{\text{Óbitos } 12} = 52$$

52 pessoas nos últimos três anos (10,11%)

A maior parte das mortes ocorreu por complicações respiratórias, uma de câncer, hepatite em recém-nascidos (1), malária e acidentes.

De modo geral, o estado de saúde reinante na área é bom, havendo atendentes índias/índios em quase todas as aldeias maiores, além do atendimento prestado pelo missionário residente e pela atendente de enfermagem, civilizada, que passou a morar na reserva no final de 1985. Por vezes, porém, o socorro pode custar a chegar, pois o único meio de transporte de doentes para fora da área é através do rio Juruena, e nem todas as aldeias possuem barco a motor. Seria importante que fosse incluído para este ano ainda mais três barcos com motor de popa no Projeto para os Rikbaktsa: um para a Aldeia Nova, a mais distante, e que deve atender também os moradores de mais três aldeamentos próximos, situados no interior da reserva; outro, para ficar disponível para o atendimento de saúde, permitindo

a locomoção da enfermeira e o transporte rápido de doentes de qualquer das aldeias; e um último para a aldeia da Beira, tam**ã**m distante e sem meios de transporte.

Seria recomendável tam**ã**m que a EVS incluísse os Rikbaktsa no seu roteiro, facilitando a aplicação mais sistemática de va**ca**cinas, prestando serviços odontológicos e de laboratório.

#### Necessidades da Área

- TERRA:
- o desenvolvimento de gestões para que se rea**li**ze o mais rápido possível o julgamento sobre o decreto de criação da área indígena Japuira;
  - encaminhamento, pela Funai , da proposta de definição da área indígena do Escondido.
- SAÚDE/TRANSPORTES:
- um barco com motor de pôpa para prestação de serviços na área de sa**ú**de;
  - um barco com motor de pôpa para a aldeia No**v**a;
  - um barco com motor de pôpa para a aldeia da Beira;
  - visitas semestrais da EVS e fornecimento re**g**ular de medicamentos.
- EDUCAÇÃO:
- fornecimento de material escolar: cadernos, lápis, borrachas, mapas e atlas escolares, giz branco e colorido, para as escolas das sete aldeias maiores.
- OUTROS:
- reforma do trator, está im**pr**estável;
  - uma roçadeira;
  - placa de bateria solar para o rá**di**o;
  - todos os demais itens já previstos no proje**t**o para o ano de 1985 e até agora não reali**z**ados.

ADMINISTRAÇÃO: • definir oficialmente qual a jurisdição a que pertence a área indígena Rikbaktsa, providenciando o uso adequado da verba já liberada até agora.



## KAYABI/APIACÁ - 1º RELATÓRIO

Os Kayabi, do tronco lingüístico Tupi, ocupavam tradicionalmente uma vasta região na bacia do rio Telles Pires, estendendo-se para o nordeste até o rio Peixoto Azevedo e para o sudeste até o rio dos Peixes. Ocupavam também a região do rio Arinos, na sua margem direita. Desde o início do século, registram-se conflitos com os seringueiros que tentavam estabelecer-se no seu território.

Até a década de 50, as lutas eram esporádicas. A partir de então, o novo ciclo da borracha (conhecido como a terceira borracha) estendeu a ocupação na região através do rio Arinos, alcançando o rio dos Peixes em 1951. Essa penetração foi coordenada pela empresa Rio Novo Ltda. - ERION -, dos irmãos Renato e Mário Spinelli, atingindo desde o rio Novo até o rio Paranatinga e o rio Verde. Chegaram a existir na região cerca de 180 feitorias, seis barracões e 248 seringais. As lutas se acirraram mas, apesar da resistência, os Kayabi foram empurrados para uma pequena parte de seu território, no rio dos Peixes, do Salto para baixo.

A pacificação foi realizada pelo Pe. João Evangelista Dornstauder, da Missão Anchieta, da Prelazia de Diamantino, a partir de 1953, época de seu primeiro contato com o grupo, sendo finalizada em 1955.

A partir de 1955 acelera-se a ocupação da região. A empresa Colonizadora Noroeste Mato Grossense - CONOMALI -, de propriedade do industrial gaúcho Guilherme Mayer (que mais tarde torna-se o primeiro prefeito de Porto dos Gaúchos), instala um núcleo de colonização às margens do rio Arinos. Em 1956 vieram as primeiras famílias de agricultores, originários do Rio Grande do Sul; em 1957 é fundada a cidade de Porto dos Gaúchos e, de lá para cá, o processo de ocupação do noroeste de Mato Grosso vem se acentuando. Hoje em dia, o território tra-

dicional dos Kayabi abriga várias cidades como Peixoto de Azevedo, Colider, Alta Floresta, Novo Horizonte, Porto dos Gaúchos e Juara, esta última a mais próxima (75 kms.) da reserva atual.

Em 1966, os irmãos Villas Boas montam uma operação para transferir os Kayabi para o Parque do Xingú. No entanto, um dos grupos Kayabi, os Tatuê, resistiu, sendo transferidos apenas os pequenos grupos esparsos nas áreas próximas às cabeceiras do rio Telles Pires.

Em 1968, em vista do contínuo avanço das frentes colonizadas, facilitado pela transferência de parte dos índios, foi criada a reserva Kayabi na margem direita do rio dos Peixes e a reserva Apiacã, continua, na margem esquerda do mesmo rio, para abrigar um pequeno grupo de Apiacãs, os quais, fugindo do trabalho escravo nos seringais do Arinos, haviam se juntado aos Kayabi em 1967.

A demarcação foi feita apenas em 1975. E foi quando se evidenciou que (além da maior parte do território tradicional) havia ficado de fora uma pequena mas importante parte de suas terras onde, além do cemitério e da maloca velha, encontra-se o único flechal da região, sendo ponto importante de caça, pesca, coleta e extração de seringa. O Salto Kayabi, chamado na língua nativa *YTU'U* (salto grande), também ficou de fora, bem como uma área pouco mais acima, no córrego Konomiwap, de onde os antigos tiravam pedra para fazer machados. São dois locais sagrados, ligados ao mito de origem dos Kayabi.

#### A QUESTÃO DA TERRA E A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA

A partir de 1978, os Kayabi passam a reivindicar a correção de seus limites, exigindo a demarcação de "uma faixa adicional de 3 km. ao longo do córrego do Jaú, para aí encontrar perpendicularmente com o marco nº 2, e no lado direito do Salto até o córrego do Frederico, também numa faixa de 3 km." (conforme relatório do M.I.A. - vide mapa anexo).

Só em dezembro de 1982 a Funai envia uma equipe para fazer o levantamento da situação, criando nos índios a expectativa de próxima regularização de seus limites. No entanto, uma nova ameaça sobre suas terras se manifestou com os preparativos para a construção de uma usina hidrelétrica no Salto Grande, justamente no rio dos Peixes.

Os estudos para a implantação da usina datam do início da década de 70. A posterior demarcação feita em 1975 parece então ter deixado de fora propositalmente a área do Salto. Mais grave ainda é que, apesar das reivindicações indígenas já explicitadas desde 1978, o Governo Federal autorizou a CEMAT (Centrais Elétricas do Mato Grosso), através do Decreto nº 85.998 de abril de 1981, a construir e explorar a usina nesta área em litígio, pelo prazo de 30 anos.

Em 1983 começa a ser aberta a estrada por onde passariam as máquinas destinadas às obras no Salto. A caça e a pesca predatórias, os abusos por parte dos peões da obra (chegaram a sequestrar e abusar sexualmente de uma jovem Apiacá, noticiado nos jornais em maio de 1983), a invasão de grileiros (arrancaram um marco da reserva, abriram novas picadas etc.), as ameaças feitas aos índios, o desmatamento e a invasão crescentes, provocaram a revolta nos Kayabi e nos Apiacás, os quais, em novembro de 1983, embargaram pela primeira vez os trabalhos realizados pela empresa Andrade Gutierrez, construtora contratada pela CEMAT e ELETRONORTE.

Em função do impasse criado após numerosas negociações, a CEMAT entrou em acordo com os índios. Estes aceitariam a construção da usina e a CEMAT concordou em manter os trabalhadores no canteiro de obras, proibir e evitar a caça e a pesca, construir uma Casa de Trânsito em Juara, melhorar a estrada de acesso à aldeia, recuperar a pista de pouso e, mais importante de tudo, ampliar a área indígena em aproximadamente 8 mil hectares, incluindo aí o Salto Grande, e realizar a demarcação. Em 1984 os trabalhos foram reiniciados e infelizmente os

abusos também. Mais de um ano depois do acordo o único item cumprido foi a construção de uma tósca Casa de Trânsito em Juara. Em janeiro de 1985 as lideranças indígenas enviam carta à CEMAT propondo nova reunião, sem obter resposta. Sabendo que as obras, momentaneamente paradas, seriam reiniciadas em abril, após liberação de verbas pelo Governo de Mato Grosso, resolvem agir. Os Kayabi e os Apiacã, apoiados por lideranças e guerreiros de 14 nações indígenas de Mato Grosso, ocuparam no dia 8 de março de 1985 as instalações da Usina, decididos a não permitir sua construção.

A ocupação se prolongou por meses, manchete diária nos jornais matogrossenses em função dos inúmeros lances de tensão e possível conflito armado. As negociações foram difíceis e demoradas, envolvendo a presença do então Presidente da Funai, Nelson Marabuto, do Governador do Mato Grosso, Júlio Campose outras autoridades governamentais. Por fim, em agosto de 1985 foi celebrado novo acordo. Os índios foram convencidos a permitir a construção da usina e, em contrapartida, a Prefeitura de Juara abriria poços artesianos nas aldeias, e construiria um posto de saúde na cidade dando atendimento médico aos índios. O Governo de Mato Grosso daria uma indenização de CR\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) pelos possíveis danos ecológicos que a usina iria causar na área, a CEMAT daria outra indenização de CR\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) e a FUNAI trataria de agilizar o processo de ampliação da área indígena, enviando proposta nesse sentido para aprovação ministerial.

Depois de celebrado o acordo a CEMAT pagou aos índios a indenização combinada, mas o programa de construções de usinas sofreu um corte de 40% em suas verbas e até hoje os trabalhos não foram reiniciados. Talvez por isso os outros itens do acordo não tenham sido cumpridos, nem pela Prefeitura de Juara, nem pelo Governo do Estado e, mais danoso ainda, a proposta de ampliação da área, principal e mais antiga reivindicação

dos índios, ainda não recebeu aprovação ministerial.

A reserva, conforme a demarcação realizada em 1975, tem 47,5 mil ha. A área requerida para ampliação aproximadamente 8 mil hectares, extensões relativamente modestas no norte de Mato Grosso, região onde existem propriedades de até 1.600.000 hectares (um milhão e seiscentos mil hectares) de uma única empresa. Os fazendeiros que detem o título de propriedade da área reivindicada, cerca de 14, pelo fato de praticamente não terem investimentos no local e pela permanente situação de litígio em que estão envolvidos, declaram-se dispostos a sair desde que indenizados em seus "direitos".

Até hoje os índios continuam ocupando o canteiro de obras da firma Andrade Gutierrez e tem o domínio completo da área. Desapontados novamente pelo não cumprimento do acordo, declaram-se dispostos a não permitir a construção da usina (se for tentado o reinício das obras) enquanto não forem atendidas todas as suas reivindicações, principalmente a ampliação da área.

#### ASSISTÊNCIA NAS RESERVAS

Na área Kayabi/Apiacã (reservas contíguas, separadas pelo rio dos Peixes) residem hoje aproximadamente 250 pessoas. Cerca de 200 Kayabi na aldeia de Tatuí na margem esquerda do rio dos Peixes e cerca de 50 Apiacã na aldeia Mairob (Papagaio), na outra margem do rio.

Desde a época do contato tem sido atendidos pelo Pe. João Evangelista Dornstaudter, da Missão Anchieta, que a partir de 1966 passou a residir na aldeia do Tatuí. Os índios já se acostumaram e não dispensam a companhia permanente do Pe. João já há quase 30 anos com eles, e da irmã Helvêssia Simonei, da Congregação Irmãzinhas da Imaculada Conceição que também presta serviços na área.

A partir de meados de 1985 começaram também a receber

assistência direta da 5<sup>a</sup> D.R. da FUNAI (Cuiabá). Foi enviada uma viatura (Toyota) e um funcionário para a área. O funcionário João, há anos motorista da FUNAI, conta com grande sensibilidade e experiência na convivência com os índios e realiza, desde então, o trabalho de chefe de posto na área, tendo boa aceitação por parte da comunidade indígena. Seria recomendável que com a próxima criação do Posto Indígena na reserva, este funcionário continue a exercer tais funções, sendo reclassificado como chefe de posto ou seu equivalente funcional.

Do Projeto POLONOROESTE, segundo planejamento aprovado pela ASPLAN para 1985/1986 (junho de 85 a março de 86), além da verba para o plantio de 8 ha. de arroz (previa-se 20 ha.), de 3 ha. de milho (previa-se 5 ha.) e de 3 ha. de mandioca, receberam ainda 3 burros, 2 cavalos, uma carroça, material e medicamentos veterinários e ferramentas diversas. Não foram realizados os seguintes itens do Projeto: plantio de 5 ha. de cana de açúcar, 2 ha. de banana, 4 ha. de pomar, incentivo à exploração da borracha e castanha, cerca de arame farpado, reforma da enfermaria e equipamento para a mesma, material escolar e reforma do barco, além de outros itens menores. Não foi possível saber na sede da 5<sup>a</sup> D.R. o montante das verbas recebidas e nem como foram gastas já que, conforme foi justificado, o acúmulo de trabalho de escritório decorrente das mudanças estruturais por que passa a FUNAI, teria provocado uma certa desorganização nos documentos demonstrativos do recebimento e uso das verbas do POLONOROESTE. O delegado comprometeu-se a fornecer tais informações próximamente.

#### RECOMENDAÇÕES:

É urgente que se proceda à ampliações da área reivindicada pelos índios, independentemente da continuação ou não das obras da hidrelétrica, já que é área de ocupação imemorial e atual dos Kayabi/Apiacã.

A usina, por sua vez, deveria ser embargada até que se

façam os estudos necessários( e não realizados ou não divulgados ) sobre seus efeitos no regime de cheias e vazantes, no equilíbrio ecológico de fauna e flora e na extensão das terras indígenas a serem inundadas. Além disso, dever-se-ia também realizar estudos sobre locais alternativos, muito provavelmente existentes na região, se constatados custos sociais e ecológicos inaceitáveis para as nações Kayabi e Apiacã.



ENAUENÊ-NAUÊ (Salumã) - Informação adicional ao  
1º Relatório (1984) e à resposta ao MIRAD (1985)

São atualmente 164 pessoas (dados da M.I.A. de março de 1986) e, apesar de um surto de infecção intestinal em setembro de 1985 e de um surto de gripe em janeiro de 1986, os quais atingiram grande número de pessoas, gozam de boa situação alimentar e de saúde. No surto de infecção intestinal morreram duas crianças e no surto de gripe, logo após ter cessado os sintomas da doença, morreu a mulher mais velha do grupo, com cerca de 85 anos. Em 1985 a maioria da população (cerca de 135 pessoas) foi vacinada pela MIA/OPAN com a Sabin, BCG, Tríplice e contra Sarampo. Não há malária na área e, portanto, não se fez borrifação.

Sendo um povo que ainda conserva boa parte de seu território e suas práticas culturais tradicionais, seu maior problema é a garantia de suas terras. Há notícias recentes, fornecidas pela FUNAI de Vilhena em maio de 1986, da invasão da área na região do rio Iquê, onde colonos estariam se estabelecendo. A ocupação da região se adensa e como já foi sistematicamente registrado em relatórios anteriores é urgente que se proceda à demarcação da área.

Depois da visita e dos estudos realizados por quatro grupos de trabalho da FUNAI, dois conflitos sérios com invasores em setembro de 1984 (um trator destruído, dois civilizados mortos e dois gravemente feridos) e agora com essa recente invasão, uma demora maior seria criminosa.

Desde outubro de 1984 os necessários estudos e levantamentos sobre o grupo indígena e seu território estavam completos, assim como a proposta de definição da área indígena Enauenê-Nauê. Em agosto de 1985 forneci à FUNAI e ao MIRAD informações adicionais atualizando os dados sobre a área, declarando-se ambos os órgãos governamentais prontos a apreciarem a pro



posta no Grupo Interministerial. Em dezembro de 1985 o titular da Secretaria Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, em reunião com um dos membros da equipe de avaliação do POLONOROESTE, declarava-se disposto a um acordo, no qual a área da Estação Ecológica Iquê que incide sobre o território Enauenê-Nauê ficaria, a exemplo do que já ocorreu em casos similares, sob a administração conjunta SEMA/FUNAI. A Missão Anchieta, que atende diretamente esse povo, concorda com essa solução. Portanto, é incompreensível que até agora a proposta de definição da área Enauenê-Nauê não tenha sequer sido apreciada pelo Grupo Interministerial. A situação pode evoluir rapidamente para novos conflitos armados, fazendo novas vítimas, além de criar dificuldades maiores (hoje in-existent) para a demarcação da área.